

Entrevista

Orlando Alves

Montalegre anima-se por estes dias com mais uma edição da Feira do Fumeiro. **Orlando Alves**, o presidente da Câmara Municipal, destaca este evento com marcante na afirmação de um concelho que luta por melhores acessibilidades e mais atenção do poder central.

Em entrevista ao Correio do Minho e Rádio Antena Minho, o autarca lamenta a escassez de fundos do novo quadro comunitário de apoio o centralismo de Lisboa. Volta a reivindicar uma direcção do Parque Nacional da Peneda Gerês que 'calce as galochas'.



FLÁVIO FREITAS

FEIRA DO FUMEIRO É INVESTIMENTO COM RETORNO

| José Paulo Silva | Rui Alberto Sequeira |

P - Está a decorrer a 25ª Feira do Fumeiro de Montalegre, altura propícia para o balanço de uma iniciativa que se realiza numa região muitas vezes esquecida pelo poder central.

R - Esta data redonda é altura própria para fazermos uma comemoração condigna, se bem que não façamos grandes investimentos para que essa efeméride seja assinalada. É também tempo de responsabilidade e de compromisso de sabermos projectar o evento para os próximos 25 anos. No período em que eu me possa manter por cá, é essa a minha determinação e também a das pessoas que estão comigo.

P - A Feira promove também outros produtos locais?

R - Sim. A trouchuda, os grelos, a batata de semente, que está num processo de produção para ganhar escala de mercado, mas também a batata de consumo.

P - A Feira do Fumeiro tem um peso importante na economia do concelho de Montalegre?

R - Sim. Há 25 anos não havia uma unidade de alojamento digna desse nome em Montalegre. Hoje há 325 camas em boas unidades hoteleiras. Todo este crescimento radicou nesse evento e na capacidade de os agentes económicos estabelecerem parcerias connosco. Desta transversalidade surgiu um evento que tem nome à escala regional. Metade do país sabe o que é a Feira do Fumeiro de Montalegre. Nós vivíamos muito enquistados entre serras, éramos um povo com uma identidade muito própria. Hoje, mau grado não temos boas estradas, toda a gente aprecia ir a Montalegre. Montalegre seduz e tem charme.

P - Nestes 25 anos surgiram muitas outras feiras de fumeiro de norte a sul do país. Montalegre teme essa concorrência?

R - Pelo contrário. A marca Montalegre,

sob o ponto de vista comercial, é muito forte. A atractividade e monumentalidade do território e a afabilidade das nossas gentes não é fácil de ver noutras terras. Podem outras localidades enveredar pelas feiras do fumeiro, mau grado eu considerar que há uma vulgaridade e falta de criatividade nas coisas que se vão fazendo por aí. A marca Montalegre vende por aquilo que é o fumeiro, mas também pelo território, pelas gentes e pela gastronomia. Pomos muito apuro naquilo que fazemos. Os nossos eventos são caros porque não nos poupamos a esforços e despesas. Na Feira do Fumeiro ainda gastamos à volta de 100 mil euros.

P - É um investimento com retorno?

R - Obviamente.

P - O sector agroalimentar ainda tem espaço para crescer em Montalegre?

R - Tem. É interessante vermos jovens que não querem abandonar o país a agarrar esta causa. Há sinais de dinâmica, de

vitalidade e de adaptação aos novos desafios dos novos tempos.

P - A Feira do Fumeiro tem só produtores de Montalegre ou também de outros concelhos?

R - Só tem gente de Montalegre.

P - Este sector funciona ao longo do ano?

R - Essa é a grande falha que sentimos. Ainda não houve produtores de fumeiro que se agrupassem numa cooperativa e que estruturassem o negócio para haver fumeiro todo o ano. Há uma fábrica em Montalegre mas poderia haver dez. Esse é o salto que falta dar. Tudo se esgota na Feira do Fumeiro. Penso que vão surgir novidades dentro de pouco tempo. A deriva para uma produção industrial em nada vai pôr em causa aquilo que é natureza do fumeiro artesanal que apresentamos nesta Feira. Produtos de fábrica não entram na Feira. À volta das marcas Montalegre e Barroso há um potencial enorme.

Orlando Alves

ORÇAMENTO DA CÂMARA SOFRE CORTE DE 1,5 MILHÕES

P - Apontou o interesse dos jovens em investirem no sector primário em Montalegre. O concelho tem condições para os atrair e fixar?

R - Há muita gente que nos contacta ao longo do ano a dizer que gostaria de se fixar aqui e que gostaria de encontrar terrenos para desenvolver determinada actividade. Esse é o mal: quem tem os terrenos não os vende, outros estão abandonados. Não se pode trazer sírios para a nossa terra quando já temos cá tantos sírios. Não se pode convidar um jovem para vir para Montalegre trabalhar uma courela onde só se entra de galochas ou de enchada às costas. Isso já não é forma de trabalhar. Por mais nostálgico que possa ser, isso já não dá frutos.

P - A atracção de jovens não colide com a política estatal que tem insistido, nos últimos anos, no encerramento de serviços públicos no interior?

R - É criminoso. Os autarcas do Alto Tâmega vão reunir com a ministra da Justiça para reverter a situação vergonhosa do mapa judicial que leva, até à consumação dos julgamentos, as pessoas a Vila Real, onde os serviços do Tribunal estão concentrados num inestético contentor. A Justiça e todos os demais serviços públicos não podem ser tratados dessa forma. Encerrar serviços não é simpático e não é a forma de estimular as pessoas a permanecer na terra onde nasceram. O repovoamento do território não é dessa forma que se vai fazer.

P - Estamos no início de um novo ciclo político. Tem esperança numa alteração de política do actual Governo nesta matéria?

R - Tenho essa esperança. O actual Governo já deu provas de que quer mexer, e está a mexer. Há coisas que ainda são banalidades como as 35 horas e os exames da quarta classe. Não é simpático dar um passo à frente e dez para trás. Não tenho dúvidas de que o Primeiro Ministro é um homem determinado, foi audaz e criativo,

foi genial em engendrar esta arquitectura de construção do Governo. Espero que a conjuntura, sobretudo a internacional que se vem agravando, permita que os princípios anunciados no programa do Governo sejam possíveis. Já todos aprendemos a ser felizes com pouco, mas não merecemos ser castigados com pacotes sucessivos de austeridade a que urge pôr fim.

P - Como é que as câmaras municipais estão a viver sem Orçamento de Estado e que expectativas tem para o de 2016 que está a ser elaborado?

R - Em termos de funcionalidade autárquica, estamos a viver em regime de duodécimos. Não há perspectiva que as transferências do Orçamento de Estado venham a aumentar. O orçamento da Câmara Municipal de Montalegre sofre um corte de 1,5 milhões de euros de 2015 para 2016.

P - Esse corte advém do quê?

R - Advém da impossibilidade de fabricar orçamentos fictícios, com receitas empoladas. Temos de chegar ao fim do ano, e muito bem, com uma realização de receita de 85 por cento. Em 2015, a Câmara de Montalegre atingiu os 94 por cento. Advém também do facto de estarmos no fim de um quadro comunitário e no início de outro sobre o qual não sabemos como as coisas vão acontecer. Esse rombo nas receitas preocupa-nos, mas não deriva do facto de ainda não termos Orçamento de Estado. Todos temos de assumir responsabilidades nesta matéria. Quando somos fiéis apoiantes de partidos políticos que são como os bois da minha terra, que estão sempre em guerra permanente, não é fácil impôr que a 15 de Outubro o Orçamento de Estado entre na Assembleia da República para, a 1 de Janeiro, ter eficácia. Aí, o Presidente da República revelou uma total inabilidade. Se nestas coisas não nos entendemos, como nos vamos entender em revisões constitucionais e outras coisas?



P - Em que projectos é que a Câmara Municipal de Montalegre gostaria de ter apoios do novo quadro comunitário?

R - Nós temos um projecto que fica interrompido porque o acordo de parceria celebrado entre o Estado e a União Europeia não contempla um único cêntimo para a construção de estradas, com excepção daquilo que interessa à senhora Merkel e a alguns estrategas da União Europeia. Para fazer uma estrada directa da empresa Continental Mabor ao porto de Leixões não falta dinheiro... O sonho de termos uma acessibilidade fácil à A24 sofreu um abalo muito grande. É uma injustiça muito grande para um território como Montalegre, com os eventos que fazemos, com a circunstância de injectarmos 200 milhões de euros no PIB nacional, não termos uma mão reconhecida que diga que um concelho como o nosso tenha uma ligação rápida e fácil à A24.

P - Estamos a falar de que valor de investimento?

R - Na ordem dos 10 milhões de euros. Há muitas formas de os conseguir. Por exemplo, uma linha de crédito que facilitasse aos Municípios de Montalegre e Chaves não contabilizar esse valor para a sua dívida.

P - O que sobra então para candidatar aos fundos comunitários?

R - No âmbito do Pacto Territorial do Alto Tâmega, temos uma série de projectos previstos. Expurgados os valores que são responsabilidades da administração central, como os parques escolares e os regadios, ficamos com três milhões de euros para sete anos. O quadro comunitário tem consagrados para o Município de Montalegre menos de 500 mil euros por ano. Se nos lembrarmos que o espaço onde decorre a Feira do Fumeiro custou 10 milhões de euros...

“

“O Parque Nacional da Peneda Gerês precisa de gente que saiba ler as preocupações das pessoas, gente que saiba para onde é que este deve caminhar, descobrindo o potencial imenso que esta zona protegida tem. O Parque não pode ser gerido por uma tutela sediada em Lisboa e que só sabe que ele existe quando está a arder...”

lo de gestão do nosso único parque nacional?

R - Sim. As pessoas que habitam o Parque Nacional não souberam nunca avaliar a importância que é ter uma casa numa zona protegida. A gestão desta circunstância não é fácil.

P - O facto de não haver uma sede e um director próximos dificulta essa gestão?

R - Teria de haver uma sede no território do Parque, não na cidade de Braga; teria de haver extensões humanas, pessoas que saibam pensar o Parque em cooperação com as autarquias. O que não pode acontecer é a mudança dos directores conforme os governos. Esta mudança de cadeiras nunca ajudou a criar uma ideia consolidada, futurista e sustentável para o Parque. Estou na Câmara Municipal de Montalegre e momentos houve em que foi o cabo dos trabalhos conhecer alguns directores do Parque. É preciso sujar as botas, ir para po monte, saber quem é o cacique que mora em determinada aldeia e que pode ajudar a implementar determinadas políticas. É necessário perceber por que é que os nativos pretendem continuar a fazer aguardente de medronho. É necessário perceber que, em determinadas épocas e determinados sítios, é necessário fazer queimadas. Tem de haver menos teoria e menos gabinete e mais galocha e pé no terreno. O Parque Nacional da Peneda Gerês precisa de gente que saiba ler as preocupações das pessoas, gente que saiba para onde é que este deve caminhar, descobrindo o potencial imenso que esta zona protegida tem. O potencial do Parque tem vindo a ser destruído de ano para ano. O Parque não pode ser gerido por uma tutela sediada em Lisboa e que só sabe que ele existe quando está a arder.



FLÁVIO FREITAS

Fez-se um acordo de parceria que vai fazer com que tenhamos, no final, de devolver muitos milhões de euros a Bruxelas, a menos que o mesmo seja reprogramado. Para investimento sobra pouco dinheiro. Há muito para os gabinetes, para estudos, para revisão de estudos.

P - Pensa que há capacidade para fazer a reprogramação do quadro comunitário?

R - Não. Ia-se perder mais ano e meio. A verdade é que a economia do país precisa de dinheiro. Injectar dinheiro na economia é um dos propósitos deste Governo.

P - Para este seu mandato autárquico não tem grandes ilusões quanto a financiamento da União Europeia?

R - Não tenho ilusões nenhuma. Aquilo que queria não vou poder fazer. Por exemplo, um centro das medicinas alternativas de Vilar de Perdizes, um centro de

investigação do perdigueiro português, fazer das Minas da Borralha um destino turístico ligado à arqueologia mineira e redes de saneamento.

P - No Município de Montalegre estão cinco barragens. A Câmara recebe financiamentos da EDP?

R - Há vários programas da EDP em que somos beneficiários. Pelos grandes investimentos que a EDP fez no nosso território, nos túneis Venda Nova 2 e Venda Nova 3, houve uma compensação de 1,5 milhão de euros que está chegando aos bochechos. Aquilo que recebemos por termos centros electro produtores no nosso território não chega para pagar os consumos de iluminação pública. Recebemos muito mais dinheiro dos parques eólicos do que dos lençóis imensos de água que temos no território que, se estiverem cheios, encantam e valorizam, mas, quando estão vazios, são desolares, são uma

paisagem quase lunar. Recebemos é muito dinheiro de uma empresa que as seis câmaras do Alto Tâmega têm para produção de eléctrica nos parques eólicos e mini hídricas.

P - O concelho tem-se afirmado como destino privilegiado do desporto natureza e aventura. Há ainda muito a fazer nesta área?

R - Temos muitos troços homologados pela Federação Portuguesa de Pedestrianismo, nos quais gastamos muito dinheiro. No mês de Julho, temos as chamadas carrilheiras com centenas de pessoas. Estas actividades promovem o emprego e complementam-se com os sectores da hotelaria e da restauração.

P - Uma parte significativa do concelho de Montalegre faz parte do Parque Nacional da Peneda Gerês. Continua a ter ainda muitas queixas sobre o mode-

Orlando Alves

“

É preocupante sentir que este Inverno está a ser o que mais tempo eu estou a assistir. Ainda só assisti a duas noites com geada. Não é prenúncio de coisa boa.”

“

Aquilo que recebemos por termos centros electro produtores no nosso território não chega para pagar os consumos de iluminação pública.”



LISBOA PARALISA TUDO

FLÁVIO FREITAS

P - Que outros eventos gostaria de realizar em Montalegre?

R - Não gosto de ir por movimentos miméticos, mas um festival de música, as noites da raia, atrairia milhares e milhares de jovens a Vilar de Perdizes ou à albufeira do Alto Rabagão. Seria uma coisa do outro mundo! Se houver algum empresário que queira agarrar esta ideia, daremos todo o apoio necessário. Não tenho dúvida nenhuma de que, em três ou quatro anos, seria uma iniciativa fortemente consolidada e com impactos muito interessantes na economia local.

P - Já tem resolvida a questão da compra da Quinta da Veiga?

R - O Sá de Miranda dizia no século

XVI: ‘Não me temo de Castela/Onde a guerra ainda não soa/ Temo-me antes de Lisboa/Que ao cheiro desta canela/ O reino se despova’. Isso é o que está a acontecer. Enquanto aquela malfadada terra centralizar tudo... O Império já não existe... Nós vemos todos os autarcas a correr até Lisboa. Eu, em dois anos, fui lá três vezes e não fui lá fazer nada. Não podemos andar todo os dias a correr para Lisboa por coisinhas tão simples. O caso da Quinta da Veiga é flagrante: andamos desde o tempo do Governo de José Sócrates a negociar e não conseguimos ainda revertê-la para o Município que deu esses terrenos ao Ministério da Agricultura. Já fui à Direcção Geral do Tesouro e ninguém sabia de nada. Foi através de ami-

gos que se conseguiu localizar o processo e, passado mais de um ano, não houve desenvolvimentos nenhuns. A última iniciativa tomei-a em Outubro do ano passado, pedindo uma audiência, depois de fazer uma contra-avaliação dos terrenos, por acordo com a Direcção Geral do Tesouro. O que é deselegante é que nem sequer respondem. É gente que vive em Lisboa atolada em papéis que paralisa tudo. Se houvesse regionalmente uma entidade que pudesse resolver estes assuntos, se houvesse uma regionalização, tudo seria mais fácil.

P - Na actual maioria parlamentar haverá predisposição para fazer a regionalização?

⊙Perfil

Manuel **ORLANDO** Fernandes **ALVES** é professor de carreira. Nasceu e reside na freguesia de Salto. Foi fundador e comandante dos Bombeiros Voluntários de Salto, a cuja direcção preside actualmente. Melómano, foi um dos fundadores do Grupo de Cantares de Salto, no qual se manteve como intérprete regular até à sua eleição, em Setembro de 2013, para a presidência da Câmara Municipal de Montalegre. Ajudou também a fundar a associação de solidariedade social Borda d'Água e o Grupo Desportivo e Cultural de Salto. Iniciou funções político-partidárias na Assembleia de Freguesia de Salto. Entre 1979 e 2013 foi vereador eleito pelo Partido Socialista com dois mandatos cumpridos na oposição. Foi eleito presidente da Câmara Municipal de Montalegre em Setembro de 2013.

R - Não penso. O que há é uma vontade forte de descentralizar. Agora, este descentralizar não pode ser uma delegação de competências de algumas coisas como se fez com os espaços do cidadão. Essa vontade de descentralizar foi-nos comunicada num encontro que tivemos com o Primeiro Ministro e alguns ministros deste Governo que foram bem claros. A ministra da Presidência e da Reforma Administrativa, que foi a mãe do Simplex, criminosamente interrompido, vai iniciar um périplo pelas capitais dos antigos distritos. Vai reunir com os presidentes de câmara para meter o arado do Simplex novamente à terra.

P - Ainda tem tempo para a música?

R - Gosto muito de música e penso que ainda percebo alguma coisa. Fazia parte de um grupo coral de Montalegre que tive de deixar. Chegava à noite a casa muito cansado.

P - O que vai ouvir na viagem de carro até Montalegre?

R - No carro tenho música clássica, tenho Shirley Bassey e tenho fado de qualidade.

Entrevista disponível em vídeo
Youtube [RadioAntenaMinho Braga](https://www.youtube.com/user/RadioAntenaMinhoBraga)



Podcast www.antena-minho.pt